



CREDIARE S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ nº 05.676.026/0001-78 / NIRE nº 43300042723

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. No exercício de 2023, a Crediare registrou prejuízo líquido de R\$ (7.551) milhões, correspondendo a R\$ (1.353) por lote de mil ações. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 86 milhões e os Ativos totais foram R\$ 761 milhões. A Instituição mantém em sua carteira de ativos uma cota subordinada de debênture financeira, que em virtude dos fluxos de caixa futuros, está classificada como mantida até o vencimento. O Estatuto Social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram pagos dividendos complementares aos acionistas. Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, referente aos lucros acumulados de 2022, ficam à disposição apenas os dividendos mínimos obrigatórios. Agradecemos aos nossos clientes, o apoio e confiança depositada, e aos nossos funcionários e colaboradores, a dedicação ao trabalho. Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
Disponibilidades.....	4	29.880	9.010	29.880	9.010
Instrumentos Financeiros.....		659.348	913.344	659.348	913.344
Títulos e Valores Mobiliários.....	5	35.000	75.000	35.000	75.000
Operações de Crédito e Com Característica		697.857	926.543	697.857	926.543
Operações de Crédito.....	6	442.676	596.547	442.676	596.547
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão.....	6.b	224.058	292.591	224.058	292.591
Outros Créditos - Com Característica de Crédito.....		31.123	37.405	31.123	37.405
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	6.e	(73.509)	(88.199)	(73.509)	(88.199)
Operações de Crédito.....		(73.172)	(87.789)	(73.172)	(87.789)
Outros Créditos - Com Característica de Crédito.....		(337)	(410)	(337)	(410)
Ativos Fiscais Diferidos.....	7	48.316	43.302	48.316	43.302
Outros Créditos.....	8	19.667	21.321	19.667	21.321
Imobilizado de Uso.....	9	3.927	4.129	3.927	4.129
Intangível.....	9	8.911	8.309	8.911	8.309
Depreciação e Amortizações.....	9	(8.300)	(8.477)	(8.300)	(8.477)
TOTAL DO ATIVO		760.749	990.938	760.749	990.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido)

	Nota	2023		2022	
		Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		129.127	279.797	129.127	281.544
Operações de Crédito.....	17	127.386	276.958	127.386	277.893
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....		1.741	2.839	1.741	3.651
Despesas da Intermediação Financeira		(71.267)	(127.330)	(71.267)	(99.605)
Operações de Captação no Mercado.....	19	(47.171)	(103.234)	(47.171)	(99.605)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.....		(24.096)	(24.096)	(24.096)	(24.096)
Resultado de Intermediação Financeira		57.860	152.467	57.860	181.939
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....		(30.048)	(85.095)	(30.048)	(94.093)
Outras Receitas Operacionais		6.782	18.845	6.782	44.395
Receitas de Prestação de serviços.....	18	3.860	14.372	3.860	39.375
Outras Receitas Operacionais.....	21	2.922	4.473	2.922	5.020
Outras Despesas Operacionais		(41.126)	(98.437)	(41.126)	(123.217)
Despesas de Pessoal.....		(2.417)	(6.184)	(2.417)	(8.140)
Despesas Administrativas.....	20	(28.302)	(71.751)	(28.302)	(97.938)
Despesas Tributárias.....		(4.214)	(9.875)	(4.214)	(11.930)
Outras Despesas Operacionais.....	22	(6.193)	(10.797)	(6.193)	(5.209)
Resultado Operacional		(6.532)	(12.220)	(6.532)	9.024
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(6.532)	(12.220)	(6.532)	9.024
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	16	2.137	4.669	2.137	(2.896)
Corrente.....		1	1	1	(12.730)
Diferido.....		2.136	4.669	2.136	9.834
(Prejuízo)/Lucro líquido do Período		(4.395)	(7.551)	(4.395)	6.128
(Prejuízo)/Lucro por Ação					
(Prejuízo)/Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)					
Ações Preferenciais.....		(0,79)	(1,35)	(0,79)	1,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros			Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
	Legal	Estatutária	Outras		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	73.772	14.755	3.147	17.833	109.507
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	6.128	6.128
Dividendos aprovados em AGO de 29 de abril de 2022.....	-	-	(3.147)	(17.833)	(20.980)
Destinações.....					
Reserva estatutária.....		689		(689)	(1.532)
Dividendos a distribuir.....		3.907		(1.532)	(3.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	73.772	14.755	689	3.907	93.123
Mutação do Período.....	-	(2.955)	(689)	(3.907)	(16.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.772	14.755	689	3.907	93.123
Destinação aprovada em AGO de 29 de abril de 2023.....		3.907		(3.907)	-
Prejuízo líquido do exercício.....				(7.551)	(7.551)
Destinações/compensações.....					
Reversão de reservas de lucros.....	(2.955)	(4.596)		7.551	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.772	11.800	-	-	85.572
Mutação do Período.....	(2.955)	(689)	(3.907)	-	(7.551)
Saldo em 30 de junho de 2023	73.772	14.755	4.596	(3.156)	89.967
Prejuízo líquido do semestre.....				(4.395)	(4.395)
Destinações/compensações.....					
Reversão de reservas de lucros.....	(2.955)	(4.596)		7.551	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.772	11.800	-	-	85.572
Mutação do Período.....	(2.955)	(4.596)	-	-	(4.395)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

	2023		2022
	Semestre	Exercício	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (Prejuízo)/Lucro Líquido	(4.395)	(7.551)	6.128
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(1)	-	12.730
Corrente.....	(2.136)	(4.669)	(9.834)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(6.532)	(12.220)	9.024
Depreciações e amortizações.....	416	822	627
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	30.048	85.095	94.093
Provisão para Contingências.....	(181)	(3)	(2.176)
Lucro Líquido Ajustado	23.751	73.694	101.568
Variação de Ativos e Obrigações	(3.881)	(52.424)	(101.073)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários.....	40.000	40.000	(75.000)
Redução (aumento) em Operações de Crédito.....	143.709	128.901	(244.217)
Redução (aumento) em Outros Créditos.....	557	3.018	(9.792)
Aumento (redução) em Depósitos a Prazo.....	(1.444)	(53.848)	56.323
Aumento (redução) em Depósitos a Prazo.....	(114.018)	(65.560)	(65.125)
Aumento (redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(1.345)	(2.853)	(2.954)
Aumento (redução) em Debêntures.....	(69.376)	(92.990)	26.790
Aumento (redução) em Outros Passivos.....	(1.863)	(7.708)	238.311
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(101)	(1.384)	(25.411)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	19.870	21.270	495
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Imobilizado em Curso.....	31	(415)	(260)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	617	617	(1.481)
Aquisição de Intangível.....	(474)	(602)	(1.567)
Caixa Líquido Proveniente/(utilizado) nas Atividades de Investimentos	174	(400)	(3.308)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos.....	-	-	(27.974)
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Financiamentos	20.044	20.870	(27.974)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.044	20.870	(30.788)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....	9.836	9.010	39.798
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício.....	29.880	29.880	9.010
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.044	20.870	(30.788)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

	2023		2022
	Semestre	Exercício	
(Prejuízo)/Lucro Líquido.....	(4.395)	(7.551)	6.128
Outros componentes do resultado abrangente.....	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	(4.395)	(7.551)	6.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare" ou "Instituição"), instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros, com sede no Brasil, domiciliada na Avenida Venezia, 1033, na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos próprios e de terceiros. Sua composição acionária é constituída pela Josemar Administração e Participações S.A. que possui controle total da Instituição.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e a Resolução BCN nº 2 de 12 de agosto de 2020 para a contabilização das operações, associadas às alterações advindas das Resoluções nº 4.818/20 e 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para os quais foram apresentadas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. As Demonstrações Financeiras incluem estimativas e premissas calculadas pela Administração, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas contabilizadas. As Demonstrações Financeiras da Crediare foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação - As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Crediare, exceto se indicado de outra forma. **3.2 Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, quando aplicável, e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **3.4 Títulos e valores mobiliários** - Conforme determinação da Circular ECB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo: I. **Títulos para negociação** - Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem a venda e frequentemente negociados. II. **Títulos mantidos até o vencimento** - Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. III. **Títulos disponíveis para venda** - Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. **3.5 Operações de Crédito** - A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro-rata" dia até a data do balanço. A atualização (accrual) das operações vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, para operações vendidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente	% de provisão
até 14 dias	A	0,5
de 15 a 30 dias	B	1
de 31 a 60 dias	C	3
de 61 a 90 dias	D	10
de 91 a 120 dias	E	30
de 121 a 150 dias	F	50
de 151 a 180 dias	G	70
superior a 180 dias	H	100

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações de crédito consignado possuem uma classificação de risco isolada para as operações enquanto adimplentes, sendo classificadas como nível "A". Na ocorrência da inadimplência da operação, ocorre a reclassificação da operação para o pior nível de classificação do cliente. A Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN. No julgamento da Administração, o

montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos. As operações de crédito incluem também operações com cartões de crédito consideradas como "outros créditos - com característica de crédito". Os saldos dessas operações, cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo) ou que apresentem atraso no recebimento são reclassificados como operações de crédito propriamente ditas. As transações de cartões a pagar são representadas por valores a pagar aos estabelecimentos comerciais e à bandeira VISA, decorrentes de compras realizadas por clientes, através de cartões de crédito. **3.6 Imobilizado de uso** - Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso são registrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas em função da vida útil econômica dos bens, estimada em 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e em 20% para o sistema de processamento de dados. **3.7 Intangível** - O intangível é constituído pelos softwares utilizados na geração de fluxo de caixa da instituição, sendo registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento e deduzidos pelo método linear de amortização durante a vida útil estimada a 20% ao ano, a partir da data de sua disponibilidade para o uso. **3.8 Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (impairment)** - Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos bens. **3.9 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)** - Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas, quando aplicável, a ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, serão registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% sobre a base de lucro tributável. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14. **3.10 Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais** - Depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia, quando aplicável. Recursos de aceites cambiais estão demonstrados pelos valores exigíveis, atualizados pelos encargos, em base "pro-rata" dia. **3.11 Outros ativos e passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e a provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas em base "pro-rata" dia. **3.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis à Instituição, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas, quando aplicável. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável a Instituição provisiona a integralidade

continuação >>>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

precisamente projetados, não obstante a isso, a expectativa da Administração constante de seus estudos econômicos está prevista conforme o quadro abaixo:

Distribuição	Cred. Tributário			
	Base	CSLL	IRPJ	31/12/2022
Provisão Para Perdas Esperadas	80.948	10.639	17.711	28.350
Associadas ao Risco de Crédito	8.109	1.216	2.025	3.241
Até 1 ano	70.916	10.639	17.711	28.350
De 1 a 3 anos	8.109	1.216	2.025	3.241
Acima de 3 anos	1.923	288	480	768
Contingências	10.136	1.318	2.194	3.512
De 1 a 3 anos	8.788	1.318	2.194	3.512
Acima de 3 anos	1.348	202	337	539
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	29.765	18.096	1.878	1.330
Até 1 ano	18.096	18.096	1.878	1.330
De 1 a 2 anos	13.069	2.587	4.311	6.898
Provisões diversas	-	-	-	22
Até 1 ano	-	-	-	22
Total	120.849	18.128	30.188	43.302

o valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2023, calculado com base no D acumulado de 2023, acrescidos os custos de captação de 11,76% a.a. referente a 31/12/2023, e pelos prazos acima descritos é de R\$ 41.767 (R\$ 36.670 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação dos períodos	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo inicial	31/12/2023	Saldo inicial	31/12/2022
Constituição - provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.400	37.637	34.400	37.637
Reversão - créditos baixados para prejuízo dedutíveis	(41.269)	(26.919)	(41.269)	(26.919)
Constituição - prejuízo fiscal	11.906	11.906	11.906	11.906
Outros	(23)	(884)	(23)	(884)
Saldo final	48.316	43.302	48.316	43.302
Circulante	33.358	30.149	33.358	30.149
Não Circulante	14.958	13.153	14.958	13.153

8 OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a)	1.624	386
Operações de garantias estendidas	66	64
Cobranças a receber (b)	467	620
Comissão seguro a receber (c)	-	1.963
Outros Valores e Bens (d)	14.005	15.773
Depósitos Judiciais a Receber	1.188	1.460
Outras cobranças a receber	2.317	1.055
Total	19.667	21.321
Circulante	18.479	20.097
Não Circulante	1.188	1.224

a. **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** - Referem-se aos valores de antecipação de imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar.
b. **Cobranças a receber** - Referem-se às liquidações de operações de crédito por clientes nas Lojas Colombo S.A. a serem processadas em até dois dias.
c. **Comissão seguro a receber** - Referem-se a valores de comissões de seguro a receber referente aos contratos de operações de crédito realizados por clientes nas Lojas Colombo S.A.
d. **Outros valores e bens** - Referem-se principalmente a aplicações em pagamentos em antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

	31/12/2023	31/12/2022
Estoque Cartão	202	277
Veículos/Motos Retomados (*)	4.914	1.658
Despesas Antecipadas	8.889	13.838
Saldo final	14.005	15.773

(*) São os ativos não financeiros mantidos para a venda, que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	1.658	228
Retomada de Bens	5.944	1.465
Baixa por Venda	(2.688)	(35)
Total	4.914	1.658

9 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado em Curso	Taxa anual	Custo	Depreciação e Amortização		Custo Líquido de Depreciação/Amortização	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros (*)		561	-	561	763	763
Imobilizado de uso:						
Móveis e Utensílios	10%	943	(801)	142	191	191
Equipamentos de Comunicação	10%	135	(117)	18	23	23
Hardware	20%	2.116	(1.022)	1.094	1.418	1.418
Benefitória em Imóveis de Terceiros		172	(120)	52	86	86
Intangível:						
Sistema de Processamento de Dados	20%	8.911	(7.240)	1.671	1.480	1.480
Total		12.838	(9.300)	3.538	3.961	3.961

(*) Outros - Referem-se ao desenvolvimento de sistemas tecnológicos, software, classificados em imobilizados em andamento, cujo diferimento e classificação dependem da finalização dos projetos em desenvolvimento e início de sua operação na instituição.

	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Comunicação	Hardware	Benefitórias em Imóveis de Terceiros	Sistema de Processamento de Dados	Imobilizado em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	191	23	1.418	86	1.480	763	3.961
Aquisição	-	-	-	-	601	676	1.277
Baixa	(49)	(5)	(323)	(34)	(411)	(878)	(878)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	142	18	1.095	52	1.671	561	3.538

10 DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Depósitos Interfinanceiros (a)	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo inicial	31/12/2023	Saldo inicial	31/12/2022
Não Ligadas	50.320	50.320	104.168	104.168
Ligadas	5	5	2.858	2.858
Total	50.320	50.320	104.168	104.168
Depósitos de Aceites Cambiais (b)	5	2.858	5	2.858
Não Ligadas	5	5	2.858	2.858
Ligadas	381.565	447.125	73.856	28.108
Não Ligadas	307.709	419.017	307.709	419.017
Depósitos a Prazo (c)	381.565	447.125	381.565	447.125
Ligadas	239.138	438.356	239.138	438.356
Não Ligadas	142.427	8.769	142.427	8.769

a. Referem-se ao depósito prefixado captado com terceiros com prazo de 5 anos, remunerado a taxa de 12,85% (CDI + 2,35% em 31 de dezembro de 2022).
b. São letras de câmbio, vinculadas às variações diárias do DI, com taxas pós-fixadas, com remuneração de 109% do CDI (105% a 137% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
c. Depósitos a prazo, vinculados às variações diárias do DI, nas modalidades de taxa prefixada, com remuneração média de 13,76% a.a (13,20% a.a em 31 de dezembro de 2022) e prazo de 40 dias a 3 anos, e taxa pós-fixada, com remuneração média de 113,14% do CDI (115,30% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e prazo médio de 2 anos.

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Interfinanceiros	50.320	104.168
Até 1 ano	19.138	104.168
Acima de 1 ano	31.182	-
Recursos de Aceites Cambiais	5	2.858
Até 1 ano	5	2.853
Acima de 1 ano	-	5
Depósitos a Prazo	381.565	447.125
Até 1 ano	239.138	438.356
Acima de 1 ano	142.427	8.769

11 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Correspondem às obrigações com os estabelecimentos comerciais e a bandeira VISA decorrentes de compras realizadas por clientes, através de cartões de crédito (Nota 3.5).

	31/12/2023	31/12/2022
Transações de cartões a pagar	31.101	36.805
Total	31.101	36.805

12 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. **Ativos contingentes** - Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b. **Provisões, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - A Crediare é parte em processos judiciais, de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, e sempre que a perda for avaliada como provável a Instituição provisiona a integralidade do processo. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões de contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.623/09 do CMN sendo: Passivos Contingentes: o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. A Administração da Crediare entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.
(i) **Processos cíveis**: Constituem-se, principalmente, em reclamações de clientes que pleiteiam indenizações por dano moral e patrimonial. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional.
(ii) **Processos trabalhistas**: Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, comissões e horas extras.
(iii) **Processos fiscais**: Consistem em processos diretamente relacionados a créditos tributários referente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.
(iv) **Composição da provisão para demandas judiciais**

Contingências Passivas	31/12/2023		31/12/2022	
	Cíveis	31/12/2023	Cíveis	31/12/2022
Cíveis	4.010	4.010	4.010	4.010
Trabalhistas	4.778	4.781	4.778	4.781
Outros (a)	1.348	1.348	1.348	1.348
Total	10.136	10.139	10.136	10.139

Processos cíveis	31/12/2023		31/12/2022	
	Número de processos	Provisão	Número de processos	Provisão
Prováveis	1.134	4.010	786	4.010
Possíveis	993	4.010	683	4.010
Total	2.127	8.020	1.469	8.020

Processos trabalhistas
Prováveis 38 4.778 45 4.781
Possíveis 24 4.778 28 4.781
Total 62 9.556 73 9.562

Movimentação das provisões constituídas

	31/12/2023				31/12/2022			
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Total	Cível	Trabalhista	Fiscal	Total
Saldo inicial	4.130	4.010	4.838	4.781	1.348	1.348	10.316	10.139
Constituições	150	403	234	1.014	-	-	384	1.417
Reversões	(270)	(403)	(294)	(1.017)	-	(564)	(1.420)	(4.491)
Saldo final	4.010	4.010	4.778	4.778	1.348	1.348	10.136	10.139

(v) **Contingências classificadas como risco de perda possível** - Não são reconhecidas contabilmente, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2023, os processos classificados como de perda possível de natureza trabalhista totalizam 14 processos, com perda possível estimada em R\$ 445 mil (R\$ 598 mil em 2022), e de natureza cível totalizam 141 processos, com perda possível estimada em R\$ 140 mil (R\$ 100 mil em 2022). a) **Passivos contingentes - Passivo Tributário**: Os valores envolvidos em discussões administrativas com risco estimado de perda possível, não são objeto de provisão contábil e são basicamente compostos por Ações Fiscais, cujo risco atual estimado destas ações fiscais na Instituição é de R\$ 58.615 (R\$ 54.431 em 31.12.2022) e estão descritas a seguir:
• Glosas de Prejuízos - IRPJ e CSLL 2013 - Discussão em esfera administrativa de operações de crédito, baixadas como prejuízo fiscal, utilizadas para dedutibilidade na apuração do LALUR e da LACS no montante de R\$ 27.050 (R\$ 25.162 em 31.12.2022);
• Glosas de Prejuízos - IRPJ e CSLL 2014 a 2016 - Discussão em esfera administrativa de operações de crédito, baixadas como prejuízo fiscal, utilizadas para dedutibilidade na apuração do LALUR e da LACS no montante de R\$ 31.565 (R\$ 29.269 em 31.12.2022).
Em 31 de dezembro de 2023, estão registrados contabilmente o montante de R\$ 1.348 (2022 - R\$ 1.348), atrelados ao processo mencionado acima, referente aos gastos estimados com custas processuais. O Departamento Jurídico classifica o êxito do processo como possível com relação ao principal, multa de ofício e juros de mora, contudo mantemos provisionado o dispêndio em caso de êxito no processo.

13 OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS A CESSÃO

Em abril de 2022, a instituição realizou a cessão de direitos creditórios para securitização e emissão de uma debênture financeira, lastreada em direitos creditórios de recebíveis do consignado INSS no valor total de R\$ 375.000.

	31/12/2023	31/12/2022
Cessão de Direitos Creditórios	467.895	392.498
Créditos Vinculados a Cessão	(467.895)	(392.498)
Empréstimos Lastreados (a)	411.240	363.214
Despesas e Juros Remuneratórios (b)	56.655	29.284
Amortizações	(280.538)	(112.151)
Despesas e Juros Remuneratórios (b)	(86.330)	(35.804)
Liquidações Financeiras (c)	(193.403)	(75.488)
Outras	(805)	(859)
Saldo final	187.357	280.347

a) Valor referente ao total de operações, com os direitos creditórios cedidos para a securitização e emissão de uma debênture financeira, lastreada em direitos creditórios de recebíveis do consignado INSS no valor total de R\$ 375.000.

b) Despesas de juros remuneratórios da operação, conforme cláusula remuneratória de CDI + 1,95% a.a, e demais despesas de manutenção da operação, e

c) Liquidações das operações lastreadas, repassadas para a Securitizadora.

14 OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar Lojas Colombo S.A. (a)	3.843	6.654
Repasse de financiamentos (b)	1.120	36
Repasse de prêmios de seguro prestamista (c)	87	997
Sociais e Estatutárias	1.532	1.532
Provisão de Credores diversos	3.057	2.392
Obrigações diversas (d)	5.054	3.485
Total	14.693	15.096

a. **Contas a pagar Lojas Colombo S.A.**: Referem-se ao rateio de despesas corporativas, na captação de novas operações de crédito (Nota 23).

b. **Repasse de financiamentos**: Referem-se aos valores das operações de crédito a liberar para Lojas Colombo S.A. a serem processadas em até 2 dias (Nota 23).

c. **Repasse de prêmios de seguro prestamista**: Referem-se aos valores de prêmios de seguros prestamista sobre operações de crédito arrecadadas dos clientes, repassados à Ezze Seguros S/A. A contratação de seguros pelos clientes com a Ezze Seguros S/A, é opcional e formalizada por meio de proposta distinta do contrato de operação de crédito.

d. **Obrigações diversas**: Referem-se principalmente as diversas despesas com impostos a recolher, valores a devolver para clientes e provisões sobre despesas com pessoal.

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos a Recolher	2.191	387
Valores a Devolver a Clientes (SVR*)	236	145
Despesas com Pessoal	413	560
Financiamentos a Liberar	20	548
Credores Diversos	567	562
Valores a Regularizar	1.133	68
Garantias a Repassar/Reembolso	477	415
Seguro a Repassar/Reembolso	17	440
Saldo final	5.054	3.165

(*) O Sistema de Valores a Receber (SVR) é um serviço do Banco Central no qual você pode consultar se você, sua empresa ou pessoa falecida tem dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição e, caso tenha, saber como solicitar o valor.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

continuação >>>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

25 LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DE BASILEIA)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Conglomerado Prudencial Crediare composto pelas empresas Crediare S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda e Josema Administração e Participações S.A. (Holding), encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, de acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21 e alterações posteriores, que estabelecem a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), e legislação complementar do Banco Central do Brasil, conforme segue:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia

	2023	2022
Patrimônio de Referência - PR	123.673	144.272
PR Nível I	123.673	144.272
Capital Principal - CP	123.673	144.272
Risco de Crédito - RWACPAD	566.361	762.800
Risco Operacional - RWACPAD	285.236	154.753
Risco de Mercado - RWACAM	0	422
Ativos Ponderados por Risco - RWA	851.597	917.975
PR mínimo requerido para o RWA	68.128	73.438
Capital de cobertura para o IRRBB	2.325	13.464
PR mínimo requerido para o RWA e IRRBB	70.453	86.902
Margem sobre o Capital Principal requerido	85.352	102.963
Margem sobre o PR considerando o Capital para a cobertura do IRRBB e o ACP (a)	31.931	11.470
Margem sobre o Capital Principal e ACP	34.256	24.935
Índice de Basileia (b)	14,52%	15,71%

a) O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial Crediare, que estabelece a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), apresentou decréscimo, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em razão, principalmente, da constituição de ativo diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurado no LALUR, sendo esses valores redutores de patrimônio de referência. No entanto, ele encontra-se dentro dos níveis mínimos requeridos e de acordo com o limite estabelecido na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), garantindo a solidez e a disponibilidade de capital e liquidez para viabilizar as estratégias planejadas.

b) A partir de julho de 2023 as instituições do segmento S4, no qual está enquadrado o Conglomerado Prudencial Crediare, passaram a mensurar as parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente as exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), conforme procedimentos de cálculo previstos na Resolução BCB nº 229/22.

c) No mês dezembro a Crediare alterou a metodologia utilizada para apuração do ACP Contracíclico,

que correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal. A partir da referida data base, passou-se a seguir a metodologia de apuração de acordo com a Circular nº 3.769 tendo em vista que o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil (ACCPBrasil), que é estabelecido pelo Banco Central do Brasil, se mantém em 0%. Anteriormente era utilizada a metodologia de limite máximo para o valor da parcela ACP Contracíclico de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do montante RWA.

26 GERENCIAMENTO CONTÍNUO E INTEGRADO DE RISCOS E DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO DE CAPITAL

Em atendimento aos preceitos legais da Resolução nº 4.557, o Conglomerado Prudencial Crediare, liderado pela Crediare S.A. CFI, mantém estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Gerenciamento Contínuo de Capital, compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, a qual é sustentada por políticas e estratégias claramente documentadas.

a) Gerenciamento de capital: a Crediare avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Crediare é adequada à complexidade de suas operações.

b) Risco de mercado: os instrumentos financeiros do Conglomerado Prudencial Crediare são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Crediare.

c) Risco de crédito: o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

d) Risco de Liquidez: a Crediare trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

e) Risco Operacional: a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado Prudencial Crediare de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

A avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) é acompanhada constantemente por meio do índice de Basileia, projetado e realizado, da análise das margens de capital em face dos limites, e dos impactos no capital resultantes dos testes de estresse e relatórios gerenciais mensais, buscando identificar os motivadores das oscilações e propondo adequações de capital, compatível com os resultados da avaliação interna de necessidade de capital e liquidez.

A descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do Conselho de Administração

e da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos e as suas principais atividades e riscos relevantes, encontram-se no Relatório Pilar 3, disponível no site da instituição (<http://www.crediare.com.br>), na seção Governança Corporativa, bem como no Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil.

27 COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

A estrutura do componente organizacional de Ouvidoria da Crediare é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, e atua como canal de comunicação, imparcial e independente, buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços. Integram o componente de Ouvidoria, um diretor responsável e um ouvidor devidamente certificado, cujos dados são mantidos atualizados no registro de informações do Banco Central do Brasil. As demandas de Ouvidoria, cujas naturezas são enquadradas como reclamações, denúncias, sugestões e elogios, estão devidamente registradas no sistema de controle específico, de forma que possam ser evidenciados os históricos de atendimentos e os dados de identificação dos clientes e usuários de produtos e serviços, com a documentação e as providências adotadas. Os canais de Ouvidoria estão amplamente divulgados nos meios de comunicação institucional, eletrônicos, contratuais e demais documentos que se destinem aos clientes e usuários. Semestralmente, é divulgado no site da instituição, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, inclusive os dados relativos à avaliação direta da qualidade do atendimento.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes a serem divulgados para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN SUZY COLOMBO TEDESCO - **Presidente do Conselho de Administração**

Membros

KARIN SUZY COLOMBO TEDESCO
JOSÉ FRANCISCO REFOSSO
MAURÍCIO BIANCHI
RENATO JOÃO BELLAVIER

DIRETORIA

ELTON TEDESCO

JESIEMI LEWY

CONTADORA

ADEILLI GAMBATO - CRC/RS 102719/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos Administradores, Acionistas e Conselho de Administração da Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento - Farroupilha- RS**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Vitor David Bezerra Colavitti
Contador CRC 1SP-329743/O-6

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/FD06-3B42-AD42-5005> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FD06-3B42-AD42-5005



Hash do Documento

6DA48C27E07D7B77635B7BE39A0A4CA40F9CEF224B98425999C75AD152237A22

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2024 é(são) :

- Jorge Elemar Bruxel (Signatário - JORNAL O FARROUPILHA) -
425.389.550-68 em 27/03/2024 21:45 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORGE ELEMAR BRUXEL -
87.905.998/0001-51

